Terça-feira, 5 de janeiro de 1988GAZET • A MERCANTIL

• Política

CONSTITUINTE

TOP DE MARKE

AÇORA TEM N

Recomeçam os trabalhos

sem quórum e acordo

entre os partidos

ELEIÇÕES

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

A Assembleia Nacional
Constituinte reiniciou on-
tem seus trabalhos da mes-
ma forma que os encerrou
antes dos feriados de fim
de ano: sem quórum para
votar as propostas de alte-
ração de seu regimento in-
terno.

Iniciada às 16 horas,
também ficou claro que
não haverá acordo entr.e as

esquerdas e o "Centrão".
Assim, o PT e o PDT não
devem retirar da pauta os
destaques que apresenta-
ram ao substitutivo da me-
sa e para derrubá-los o
"Centrão" deverá levar
seus membros ao plenário.
As lideranças partidárias,
contudo, acreditam que es-
sas votações deverão estar
concluídas até amanhã.

"O PT negocia, desde
que haja com quem nego-
ciar", disse o deputado
Plínio Arruda Sampaio
(PT/SP), afirmando que a
sua bancada estava toda
presente ontem, enquanto o
"Centrão" não tinha repre-
sentantes em número sufi-
ciente em plenário. O líder
do PFL e membro do "Cen-
trão", deputado José Lou-
renço, foi categórico: "Não
tem negociação, votamos
amanhã (hoje) os desta-
ques". Outro membro do
grupo, deputado Daso
Coimbra (PMDB/RJ,) dis-
se que a negociação é
difícil e que hoje o "Cen-
trão" já teria o número ne-
cessário para derrubar os
destaques.

Porém, se depender do
PT, ainda não será desta
vez que se dará início à vo-
tação do projeto de Consti-
tuição — processo que só
pode começar após a apro-
vação do regimento. Arru-
da Sampaio disse que à vo-
tação de cada destaque seu
partido pedirá verificação
de quórum. Essa medida
protelatória — já que é fei-
ta a chamada nominal por
constituinte — é necessá-
ria, segundo o deputado,
para dar um mínimo de ga-
rantias às minorias. Os

RIO GRANDE DO SUL

partidos de esquerda que-
rem que seja reduzido de
187 para 56 o número de as-
sinaturas necessárias para
a apreciação em separado
de uma emenda ao projeto
constitucional. Na prática,
os pequenos partidos difi-
cilmente conseguirão um
número maior de assinatu-
ras, correndo o risco de não
terem aprovadas suas pro-
postas.
O PDT, segundo o

naer ao partido, deputado
Amaury Muller, aceita a
redução para 112 assinatu-
ras, mas o PT, segundo Ar-
ruda Sampaio, forçará um
entendimento com o "Cen-
trão".

O líder do governo na
Constituinte, deputado Car-
lo s Sant'Ann a
(PMDB/BA), não acredita
na possibilidade de acordo.
As mudanças do regimento
deverão ser votadas entre
hoje e amanhã, disse.
O senador Mário Covas
(PMDB/SP), acha as mu-
danças desnecessárias.
Por considerar o primeiro
regimento bom tecnica-
mente, disse que o melhor
seria a rápida aprovação
das propostas, para que
fosse possível começar o
processo de votação da no-
va Carta, "que é o que a
Nação espera".

Mesmo que essa questão
preliminar seja decidida
até amanhã, o projeto cons-
titucional não começará a
ser votado antes do dia 20
deste mês. De acordo com
os prazos estabelecidos, de-
pois de aprovado, o regi-
mento terá prazo de um dia
para ser publicado. Depois
serão concedidos sete dias
para apresentação de
emendas ao projeto de
Constituição elaborado pe-
la Comissão de Sistemati-

zação, que terá mais um
dia para publicação. A se-
guir, o relator, ainda não
designado, terá cinco dias
para dar seu parecer sobre
as emendas, prorrogável
por mais dois, novamente
mais um dia para publica-
ção. Finalmente, abre-se
prazo para a apresentação
de destaques.

Simon acha que paga um alto preço político
por Euclides Torres
de Porto Alegre

"Paciência", foi a pala-
vra escolhida pelo governa-
dor gaúcho Pedro Simon
para definir a estratégia
adotada por seu governo
para enfrentar a caótica si-
tuação financeira do Rio
Grande do Sul, envolvido
por uma dívida que fecha o
ano acima de CZ$ 300 bi-
lhões. Apesar disso, o go-
vernador considera equili-
brada a administração das
finanças estaduais, porque
conseguiu renegociar a
dívida pública, obtendo lon-
gos prazos e redução dos
encargos financeiros.
Acusado por seus adver-
sários como administrador

que não decide, ou decide
com demasiada lentidão, e
apontado por seus compa-
nheiros como homem cen-
tralizador, Simon admite
que está pagando um alto
custo político ao imprimir
uma diretriz saneadora nas

contas públicas. "Durante
um quarto de século nossos
companheiros não conse-
guiram nada, nem mesmo
uma bolsa de estudos.

Eram carimbados para
não ganhar nada do estado.
Então, era natural que plei-
teassem agora. Ao negar
para meus companheiros,
sei que estou pagando alto
preço na política interna",
ponderou ele na quarta
feira.
Simon cita o censo do
funcionalismo como uma

realização importante de
seu governo, comentando
que o número de emprega-
dos no estado aumentou
82% nos últimos 20 anos,
enquanto a população cres-
ceu 25%. Disse que está
muito preocupado com o
quadro funcional, "pois
dentro de três ou quatro
anos, o estado vai ter mais
aposentados do que funcio-
nários na ativa".

Enfrentando greves des-
de o primeiro mês de seu
governo, Pedro Simon en-
cerra o ano também admi-

nistrando paralisações co-
mo a dos fazendários, que
durou duas semanas, e ter-
minou na terça-feira. Pra-
ticamente todos os setores

da administração pública
estadual foram afetados

por greves, mas a mais
desgastante foi a paralisa-
ção dos professores, que
durou 97 dias. Politicamen-

te o caso mais grave foi a
invasão da Assembleia Le-

gislativa por politicas mili-
tares durante repressão a
protestos de professores.

Cresce no PMDB a tendência

pelos quatro anos de mandato

Ao encerrar o ano, o go-
verno pensa em alterações
na sua equipe e no encami-
nhamento de negociações
com o magistério para evi-
tar nova greve em março,
acenando com a possibili-
dade de implantar um qua-
dro de pessoal em cada
uma das 3.200 escolas pú-
blicas do Rio Grande do

Sul. Somente na região me-
tropolitana sobram 14.881
professores concursados.

Sobre investimentos pa-
ra 88, diz o governador:
"Vou investir o que puder,
o que a Assembleia Legis-
lativa permitir". E obser-
va que é vital para a econo-
mia gaúcha que o Legislati-
vo aprove alterações pro-
postas no fundo de opera-
ção empresa (Fundopem),
iniciativa que, num primei-
ro momento, permitiria in-
vestimentos privados de
CZ$ 1,5 bilhão, inclusive
uma fábrica de veículos.

"Sem este projeto não pos-
so competir com outros es-
tados na atração de investi-
mento", explicou o gover-
nador.

Triplicar a Aços Finos
Piratini, dobrar a capaci-
dade do Porto de Rio Gran-

de, ampliar o pólo petro-
químico, construir uma hi-
drelétrica de 125 mW, e im-
plantar uma usina de aços
planos com capacidade pa-
ra 450 mil toneladas anuais

são obras que o governo Si-
mon pretende tocar em 88.

Para o próximo ano, o es-
tado tem previsão orça-
mentária para investimen-
tos públicos de CZJ 20 bi-
lhões, sem aumentar o en-
dividamento, e isso só será
possível devido ao controle
financeiro obtido com a ro-

lagem da dívida. Este sa-
neamento foi conseguido
também através de cortes

de despesas, combate à so-
negação e cobrança da
dívida ativa, segundo infor-
mações da Secretaria da
Fazenda.

Carrion Júnior, deputado
estadual e dos principais
economistas do PMDB no

estado, que tem mantido
uma posição crítica em re-
lação ao governo Simon,
prevê uma arrecadação
maior em 88, do que a de 87,
em termos reais, como de-
corrência de modificações
tributárias. O vice-líder do

PDS, deputado Francisco
Turra, comenta que "Si-
mon atrai para si as deci-
sões, mas não decide. De-
mora para decidir. Demo-
ra para encaminhar proje-
tos. Demora para adminis-
trar".

por Andrew Greenlees
de Brasília

A partir do dia 8 de maio
— quando as convenções
regionais do PMDB indica-
rão os delegados à conven-
ção nacional — o partido
estará em condições de es-
colher seu candidato à Pre-
sidência da República e de-
ve fazê-lo ainda naquele
mês, desde que o plenário
da Constituinte confirme a
eleição para este ano. .

A posição foi defendida,

ontem, pelo líder do PMDB
no Senado, Fernando Hen-
rique Cardoso, e membro
do chamado grupo "históri-
co" do partido.
As declarações do sena-
dor vieram acopladas a
uma crescente impressão
entre os "históricos" de
que o presidente nacional
do PMDB, deputado Ulys-
ses Guimarães, passou de-
finitivamente para o grupo
dos que consideram inevi-
tável a eleição presidencial
neste ano, a exemplo do
que fizera na semana pas-
sada o governador de São
Paulo, Orestes Quercia, até
então um dos principais de-
fensores dos cinco anos.

A interrogação, no entan-
to, surge quando a discus-
são se volta para os "presi-
denciáveis" do PMDB.
Ainda ecoa fortemente no
partido a frase do ex-
governador paulista, Fran-
co Montoro, classificando
Ulysses como "ruim de vo-
to".

Dirigentes pemedebis-
tas, como Fernando Henri-
que e Quércia, reconhecem
que Ulysses é o "candidato
natural" do partido, mas
evitam estender previsões
sobre o resultado das ur-
nas.

O sentimento de que ga-
nha força a eleição em 1988
traduz-se nos generaliza-
dos apelos por uma rápida
conclusão dos trabalhos
constitucionais. "E preciso

Os riscos, segundo Álvaro Dias

por Eduardo Sganzerla
de Curitiba

O governador Álvaro Dias,
do Paraná, disse ontem, em
Curitiba, que "ninguém ignora
o clamor por eleições presi-
denciais" neste ano, mas o
principal, para ele, é a elabo-
ração da nova Constituição.
Dias, que já se manifestou fo-
i

vorável ao mandato de cinco
anos para o presidente José
Sarney, estima que, se até
abril a Constituição for pro-
mulgada, "haverá tempo há-
bil" para a realização de elei-
ções. "Hoje, móis do que nun-
ca, a Constituição tem a res-
ponsabilidade pela realização
de eleições neste ano", acres-
centou o governador.

Embora tenha dito que a
questão mais importante no
plano politico é o conclusão da
nova Carta, Álvaro Dias afir-
mou que seu partido, o PMDB,
deve estudar uma estratégia
para escolher o candidato pa-
ra as possíveis eleições presi-
denciais deste ano. Segundo
ele. esta estratégia de

Álvaro Dias

basear se no seguinte
principio: a participação am-
pla das bases partidárias. O
governador entende que, caso
isso não ocorra, "há risco mui-
to grande de uma enxurrada
de votos nulos e brancos".

Pela primeira vez, em públi-
co, Dias admitiu que gostaria
de ser candidato á Presidência

da República pelo seu partido.
Afirmou, porém, que esta
possibilidade é remota, por-
que o partido, como o Exérci-
to, exemplo que ele práprio
usou, "tem uma hierarquia" e
"outros nomes estão à fren-
te". Lembrou, ainda, que a
candidatura à Presidência é
uma "convocação".

O governador paranaense
reconheceu, também, que o
PMDB terá dificuldades, como
partido, para vencer eleições
daqui para a frente. Ele enten-
de, entretanto, que, apesar
da situação de "desgaste" do
PMDB "os nomes acabam pre-
valecendo". E justamente na
faixa de nomes, acrescentou,
é que o partido deve montar
sua estratégia eleitoral.

A respeito da declaração do
presidente nacional do PMDB.
Ulysses Guimarães, de que o
partido pode decidir pelas
eleições neste ano, diante das
manifestações das "ruas", Ál-
varo Dias afirmou que é "mais
uma afirmação entre muitas",
ressaltando: "é repetição".

dar definições ao País", di-
zia ontem Ulysses, que in-
cluiu entre os pontos pen-
dentes a questão eleitoral,
tanto nos municípios quan-
to na disputa pelo Palácio
do Planalto.

Nos últimos dias, chegou
a circular entre os parla-
mentares a ideia de votar
em primeiro lugar o man-
dato de Sarney e o sistema
de governo para o Pais. Pe-
lo cronograma atual, o de-
bat e parlamentaris -
mo/presidencialismo ocor-
rerá somente quando o ple-
nário chegar ao título III,
enquanto a data da eleição
presidencial será uma das
últimas decisões: o tema

Santillo também faz

crítica aos "históricos >>
O governador de Goiás,
Henrique Santillo, não par-
ticipará da reunião dos his-
tóricos do PMDB, prevista
para o próximo dia 9, em
Brasília, quando se discuti-
rá o rompimento com o go-
verno do presidente José
Sarney. Embora se consi-
dere um "pemedebista his-
tórico", por estar no parti-
do "desde o primeiro mo-
mento", Santillo acredita
que reuniões desse tipo são
como "igrejinhas", já que
"as coisas estão se encami-
nhando para um pequeno
grupo", disse ele, segundo
informação da Agência
Globo.

"Não concordo com isso
e não vou a Brasília", ga-

rante o governador goiano,
que já marcou para o dia 9,
às 9 horas, sanção de proje-
to criando 47 novos mu-
nicípios em Goiás, além de
realizar audiências popula-
res durante todo o dia. Pa-
ra ele, é preciso reunir o
partido como um todo,
"preservando a unidade do
PMDB dentro da diversida-
de de opiniões que existe
dentro dele e preservando-
se também a unidade em
torno de uma proposta
mínima, que constitua os
objetivos comuns. O PMDB
tem de atuar como um par-
tido político e não como
um conglomerado de "igre-
jinhas", ressaltou Santi-
llo.

Saulo Queiroz pede
adiamento das prévias
O secretário-geral do
PFL, deputado Saulo Quei-
roz, defendeu ontem o adia-
mento das prévias para es-
colha do candidato do par-
tido à Presidência da Repú-
blica, até que a data das
próximas eleições seja de-
finida pela Constituinte.
Saulo, que está elaborando
a regulamentação das pré-
vias, pretende expor seu
projeto na próxima reunião
da executiva do partido,
provavelmente no início da
semana que vem, segundo
informou a Agência Globo.
"Não há como falar-se
em prévias com seriedade
sem eleição marcada", dis-
se Saulo. A realização das
prévias foi marcada, pela
executiva nacional, para o
dia 28 de fevereiro, quando

serão realizadas as conven-
ções municipais.
Pelo projeto que está sen-
do elaborado pelo deputa-
do, e que deverá ser ainda
submetido aos ministros e
demais lideranças do PFL,
serão promovidas prévias
voltadas às eleições de pre-
sidente da República, go-
vernador e prefeito me-
diante requerimento assi-
nado por 10% dos membros
do respectivo diretório ou
30% da respectiva banca-
da.

A decisão de convocar
prévias deverá ser tomada
pelo diretório até 90 dias
antes da convenção que es-
colherá o candidato. A con-
sulta terá de ser realizada
no máximo 40 dias antes da
convenção.

REFORMA TRIBUTARIA

Chiarelli busca apoio para rejeitar "pacote"
O líder do PFL no Sena-
do, Carlos Chiarelli, disse
ontem, ao embarcar de
Porto Alegre para Brasília,
que está empenhado em
conseguir o apoio de 245 de-
putados federais e 37 sena-
dores para obter o quórum
suficiente para rejeitar no
Congresso Nacional o paco-
te fiscal do governo. O se-
nador gaúcho classificou o
pacote fiscal como "sur-
preendente e absurdo" e
disse que o Congresso Na-
cional "não pode ser omis-
so ou conivente com o que o
governo está fazendo".

Chiarelli assinalou que
"os oito decretos-leis que
estão em vigência a partir
desta segunda-feira são
atos arbitrários do governo
contra a Nação, e os consti-
tuintes não vão omitir-se.
Este pacote fiscal será der-
rubado", afirmou.
O senador do PFL insis-
tiu também em que seu
partido vai romper definiti-

consta das disposições
transitórias, o último dos
nove títulos, A alteração na
ordem de votação, no en-
tanto, dependeria de uma
delicada e improvável ne-
gociação entre os lideres
partidários.
Apesar da satisfação
com o fato de Ulysses dizer
que "as ruas" desejam os
quatro anos e a impressão
de que o principal dirigente

REGISTRO

vãmente com o governo
Sarney, quando se reunir
em convenção nacional pa-
ra indicar o ministro das
Minas e Energia, Aurélia-
no Chaves, como candidato
a presidente da República.
Sobre a reaçâo do minis-
tro das Comunicações, An-
tónio Carlos Magalhães,
que classificou como "um
sonho" de Chiarelli o rom-
pimento com o governo, o
senador gaúcho replicou
que ele "está muito enga-
nado".
O ministro lembrou no
fim de semana na ilha de
Itaparica, na Bahia, que,
na última vez em que Chia-
relli mediu forças com o
governo (na reunião da
bancada e do diretório na-
cional do PFL, quando foi
discutido o rompimento),
foi derrotado por 115 a 10
votos. Chiarelli respondeu
que daquela vez "ele arti-
culou com toda a força" pa-
ra impedir o rompimento.

Emenda prevê reeleição e parlamentarismo já
O líder do PMDB no Se-
nado, Fernando Henrique
Cardoso (SP), deverá apre-
sentar uma emenda ao pro-
jeto de Constituição fixan-
do em quatro anos o man-
dato dos presidentes da Re-
pública, que poderiam ser
reeleitos pelo menos uma
vez e propondo para o pró-
ximo ano a implantação do
parlamentarismo. Segundo
o senador, a proposta é ex-
tensiva ao presidente José
Sarney, que poderia dispu-
tar novamente as eleições,
e tem o aval dos potenciais
candidatos do PMDB. Fer-
nando Henrique assegurou,
ainda, que o governador
Orestes Quércia, de São
Paulo, não será candidato
se a eleição for realizada
neste ano.

O senador busca viabili-
zar na Constituinte a elei-
ção presidencial em 1988,
criando condições igualitá-
rias entre o mandato do
presidente Sarney e os de-
mais m andatos, fixados em
cinco anos pela Comissão
de Sistematização.
"O presidente José Sar-
ney teria assim condições
idênticas aos próximos pre-
sidentes. Acabariam as
discriminações e ele pode-
ria até mesmo tentar a ree-
leição", ponderou.
Argumentando que a "ú-
nica maneira de recompor
internamente o PMDB se-
ria colocar nas ruas uma
candidatura sólida", o
líder do partido no Senado
considerou naturais candi-
daturas como a do presi-
dente do PMDB, deputado
Ulysses Guimarães, do
líder do partido na Consti-
tuinte, senador Mário Co-
vas, e do ex-governador de
São Paulo, Franco Monto-
ro. Assegurou que esses
candidatos apoiariam a te-
se do mandato de quatro
anos e se comprometeriam
com a implantação do par-
lamentarismo em 1989.

SISTEMA DE
GOVERNO

O presidente do PFL, se-
nador Marco Maciel, está
elaborando uma emenda
presidencialista, em que
insistirá na tese da "equi-
potência" dos poderes —
termo por ele cunhado para
designar o equilíbrio entre
o Legislativo, Executivo e o
Judiciário. Maciel revelou,
segundo a agência Globo,
que a emenda resume suas
conversas com vários de-
fensores do presidencialis-
mo, entre eles o presidente
do PDT, Leonel Brizola.

"Procurei pôr no papel
aquilo que conversei com
essas pessoas", disse.
A emenda, segundo Ma-
ciel, não deverá referir-se
a prazos de implantação do
sistema nem será apresen-
tada por ele próprio, mas
por algum constituinte afi-
nado com a ideia.

A manutenção do regime
presidencialista é defendi-
da por parte da cúpula do
PFL e, principalmente, pe-
lo ministro das Minas e
Energia, Aureliano Cha-
ves, que não vê chances de
lançar-se candidato à Pre-
sidência da República com
a introdução do parlamen-
tarismo — sistema que exi-

pemedebista se afasta ca-
da vez mais do governo
Sarney, os "históricos" do |
partido enfrentaram ontem
um revés: o próprio Ulys-
ses anunciou que não com-
parecerá à reunião do gru-
po marcada para o próxi-
mo sábado. "Só vou a reu-
niões formais, como a con-
venção, o diretório e a exe-
cutiva", justificou o presi-
dente do PMDB.

giria uma estrutura parti-
dária mais forte para apoio
presidencial do que a que o
PFL tem a lhe oferecer.

PERNAMBUCO

Sob a alegação de que as-
sumira compromissos ina-
diáveis em Pernambuco, o
governador Miguel Arraes
não atendeu ao convite do
ministro do Interior, João
Alves, para participar ao
lado do presidente José
Sarney, ontem em Sergipe,
do lançamento do projeto
de irrigação Padre Cícero.
Ele passou todo o dia de on-
tem na residência oficial
da praia de Porto de Gali-
nhas, onde aproveitou para
"zerar" uma série de com-
promissos burocráticos
que se encontrava à espera J
de despacho governamen- t
tal, segundo informou a
agência Globo.
O secretário-chefe da Ca-
sa Civil, deputado Marcus
Cunha, informou que o go-
vernador não participará
da reunião do grupo "histó-
rico" do PMDB no próximo
dia 9 em Brasília.

MILITARES

O comandante militar do
Nordeste, general Luiz Pi-
res Ururahy Neto, passará
hoje o comando ao general
Hélio Pacheco, em soleni-
dade que será presidida pe-
lo ministro do Exército, ge-
neral Leônidas Pires Gon-
çalves.
O ato solene será reali-
zado às 10 horas no QG
do comando militar, com a
presença do governador
Miguel Arraes e do prefeito
da capital, Jarbas Vascon-
celos, segundo a agência
Globo.

O general Ururahy está
deixando o comando mili-
tar do Nordeste para assu-
mir, no próximo dia 15, em
Brasília, a subsecretaria
de Economia e Finanças do
Ministério do Exército. Ele
aproveitou o final de ano
para se despedir das auto-
ridades civis do Estado de
Pernambuco e logo que
passar o comando ao seu
substituto, viajará a Forta-
leza para despedir-se dos
oficiais da 10? Região Mili-
tar.

O ministro do Exército,
Leônidas Pires Gonçalves,
desembarcou, ontem de
manhã, na Base Aérea do
Recife. Ele foi recebido pe-
lo secretário-chefe da Casa
Militar, coronel Eronides
Menezes, que lhe deu as
boas vindas em nome do
governador Miguel Arraes.

GOIÂNIA

Os deputados estaduais
goianos voltaram ontem a
plenário, depois de um re-
cesso parcial de 26 dias, pa-
ra atender à convocação do
governador Henrique San-
tillo no sentido de aprecia-
rem, em sessões extras,
um pacote de onze mensa-
gens enviadas pelo Poder
Executivo. A mensagem
considerada mais impor-
tante é a que cria o plano de
cargos e salários para o
funcionalismo público esta-
dual, sendo que o projeto
ainda está em elaboração,
que só terminará na próxi-
ma quinta-feira.